

Liberdade de imprensa e o Cercadinho do Alvorada: a propaganda política no lugar dos fatos e seus malefícios para a democracia¹

Ana Flávia Farias de Pinho

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Departamento de Comunicação Social – Bacharelado em Jornalismo

Resumo

Logo no início do mandato, Jair Bolsonaro criou uma maneira inovadora de conversar com seus eleitores e repassar informações institucionais para a mídia. Esta forma de comunicação do Governo se tornou recorrente e oficial a partir do momento em que o presidente aboliu as conferências de imprensa. O local substituto das coletivas era uma espécie de cercado com grades, posicionado em frente ao Palácio da Alvorada, moradia oficial do Presidente da República. À medida que o ambiente foi se consolidando, a própria mídia batizou o lugar de Cercadinho do Alvorada. A imprensa dividia o mesmo espaço com apoiadores de Bolsonaro, gerando uma atmosfera de tensão, principalmente quando o presidente era ríspido com os jornalistas. Com a chegada da pandemia da Covid-19, o Governo teve que lidar com o começo da crise na saúde, política e no âmbito socioeconômico. O momento de pressão inflamou a relação já conflituosa de Bolsonaro com a mídia, o que tornou o Cercadinho um local perigoso para os profissionais de comunicação, que começaram a sofrer agressões morais e físicas por parte dos apoiadores do presidente.

Palavra-chave: Cercadinho do Alvorada; liberdade de imprensa; democracia; populismo; Jair Bolsonaro

1. Introdução

O presidente Jair Bolsonaro estabeleceu uma nova forma de transmissão de informações que se denominou “Cercadinho do Alvorada”. Ele surgiu à medida que o mandatário do país passou a ter um contato direto com os apoiadores e com a imprensa, pelos cercados aos arredores da guarita do Palácio do Alvorada. Diferente de uma coletiva, em que os chefes de Estado passam comunicados relevantes por meio de veículos de

¹ Artigo derivado de monografia de graduação em Jornalismo, orientada pela professora Rosamary Esquenazi, entregue em dezembro de 2021.

imprensa, o método de Bolsonaro é um processo informal que coloca os jornalistas lado a lado com os apoiadores. Além de ter se tornado uma forma de propaganda para a imagem do presidente, o Cercadinho virou um lugar perigoso para os profissionais da mídia por conta das agressões físicas e verbais por parte de bolsonaristas e, até do próprio chefe do Executivo, contra a imprensa.

Em maio de 2020, depois de os veículos de comunicação suspenderem a cobertura no local por falta de segurança, o presidente decidiu criar uma espécie de “área vip” no gramado do Palácio, próxima à saída, onde eram permitidos apenas eleitores que ele mesmo convidava. A imprensa ficou limitada à portaria, porém, sem nenhuma proteção e, ainda, dividia o mesmo espaço com os bolsonaristas. O Cercadinho do Alvorada se mostrou, então, como um dos métodos populistas de Jair Bolsonaro. Esta forma de comunicação com eleitores e imprensa é a maneira mais tátil da estratégia de divisão da sociedade – entre o povo a quem ele deve lealdade e os “antinacionais”. Esta separação social traz uma ameaça à democracia à medida que, além dos ataques à imprensa, ocorre um paralelo entre fatos e ideologia. Fatos são ignorados desde que eles não sejam de acordo com o que o presidente diz. Durante a pandemia da Covid-19, esta característica do populismo bolsonarista ficou mais evidente. Bolsonaro vai na contramão de tudo o que a ciência diz, principalmente quando jornalistas questionam suas falas e ações em meio à uma crise.

2. O começo de um despotismo

Contexto político em 2014

O ano de 2014 representou um dos períodos mais intensos na história da política brasileira, com reviravoltas na acirrada campanha eleitoral e o escândalo de corrupção na Petrobras. A crise político-econômica se agravou consideravelmente nos dois anos seguintes, o que resultou no impeachment da reeleita presidente Dilma Rousseff (PT). O período ficou conhecido como a grande recessão brasileira. A crise política começou em 2013 com as “Jornadas de Junho”, protestos por todo o país para reivindicar, principalmente, redução das tarifas de transporte público, o fim da violência policial, investimentos na saúde e educação e contra sediar a Copa do Mundo no Brasil - o bordão “Não vai ter Copa” foi um dos que marcaram a época.

Com a realização de dois grandes eventos em um ano - Copa do Mundo e eleições presidenciais - , 2014 prometia tensão antes mesmo de seu início. O campeonato

mundial ocorreu de forma concomitante a inúmeros protestos que não atrapalharam a lotação dos estádios e a grande expectativa do brasileiro pelo hexa. Esta esperança, entretanto, foi massacrada no jogo contra a Alemanha, quando a Seleção Brasileira perdeu a semifinal em uma goleada histórica de 7x1.

A revolta de uma expressiva parcela da população brasileira aumentou após o “apagão” da seleção. Nas eleições, a polarização se intensificou: a esquerda se fortaleceu e a direita adotou um discurso mais agressivo, sobretudo contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo com todo este cenário e os escândalos causados por denúncias de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, Dilma conseguiu se reeleger contra Aécio Neves, com mais de 54 milhões dos votos.

[...] problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos. (CARVALHO, 2002, pp. 7-8)

Para entendermos como Jair Bolsonaro surgiu, temos que analisar quais eram os sentimentos de boa parte da população brasileira perante as instituições. Depois do fim da Ditadura Militar, em 1985, a busca pela democracia nunca foi tão forte. O historiador José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2002, p. 7), chama a atenção para o fato de que, depois da nova Constituição de 1988, os brasileiros acreditaram que a democratização das instituições seria a salvação do país. O direito, reconquistado, de eleger políticos foi confundido com garantia de liberdade, participação, segurança, desenvolvimento, emprego etc.

Antes de relacionar o Governo de Bolsonaro com o despotismo, voltaremos ao período pós-reeleição de Dilma Rousseff. As manifestações massivas contra a então presidente continuaram em 2015. Na época, o El País Brasil apurou três grupos de ideologias distintas que organizavam os atos “anti-Dilma”. Primeiro, a cúpula do movimento “Vem pra Rua”, que se denominava suprapartidária, não acreditava que existiam evidências políticas para o Impeachment de Dilma, não apoiava a ditadura e apenas tinha o objetivo de encorajar os brasileiros a reivindicarem os direitos. Havia o Movimento Brasil Livre (MBL) que, apesar de também ser contra a ditadura, pedia o Impeachment e dizia não se identificar com nenhum partido. Por fim, Os Revoltados, um grupo das redes

sociais que afirmava ser anticorrupção e demandava o Impeachment, dizendo querer “banir o petismo e o bolivarianismo no país”.

Com exceção dos apoiadores do PT, o cenário era de total descontentamento e desconfiança, o que reuniu grupos de diferentes ideologias que, apesar de concordarem ou não com o processo de Impeachment, estavam nas ruas manifestando contra o Governo e suas ações (ou a falta delas). Em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, iniciou o processo de Impeachment de Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade. Em agosto de 2016, o mandato da presidente foi cassado.

2018: Eleição de Jair Bolsonaro

O “fenômeno” Bolsonaro foi construído ao longo dos anos, quando ele ainda era deputado carioca. Programas televisivos como *CQC*, da TV Bandeirantes, foram alguns dos principais criadores do personagem que hoje ocupa o cargo mais alto do país. O programa tinha um quadro em que um repórter ia a Brasília entrevistar políticos, na intenção de causar-lhes constrangimento. Com Bolsonaro, o efeito foi contrário, quanto mais o apresentador do *CQC* Marcelo Tas tentava ridicularizar o deputado, mais popularidade ele ganhava.

O brasileiro tinha acabado de passar por anos de tensões sociais e políticas, a aversão ao PT tinha crescido. Portanto, depois de 14 anos do partido na presidência, com um fim desastroso, havia urgência pela “nova política”. Jair Bolsonaro pegou gancho neste cenário, se promoveu por meio de discursos nos programas televisivos sobre valores familiares, combate à violência com um policiamento severo, combate à corrupção - exatamente o que os brasileiros queriam ouvir após terem presenciado um chocante esquema de corrupção - e defesa do “politicamente correto”.

O político sempre adotou bom humor e assertividade ao aparecer na TV, construindo uma imagem cativante para aqueles que queriam e gostavam de ouvir o que ele falava. Aos poucos, começou a ser convidado a dar diversas entrevistas em programas de rádio e televisão, cresceu também nas redes sociais. Por ironia, Bolsonaro tem Messias no sobrenome, e se tornou a imagem da salvação para um país melhor, especialmente para os conservadores - ou “cidadãos de bem” - que gostavam de ouvir sobre Deus, manutenção de valores e bons costumes.

A ideia de salvador, ou “mito”, como Bolsonaro é chamado por seus eleitores, se assemelha ao que o pensador político Alexis de Tocqueville (2005, p. 280) chama de

ilusão de despotismo. O despotismo se apresenta como reparador de todos os males; o apoio da razão, sustentáculo dos oprimidos e instaurador da ordem. Tocqueville afirma que as pessoas ficam cegas pela prosperidade momentânea que o despótico propicia e, quando se dão conta, estão na miséria. O despotismo se contrapõe à liberdade, na qual os benefícios demoram a aparecer, mas não são ilusórios como no sistema despótico.

A liberdade, ao contrário, nasce de ordinário no meio das tempestades, estabelece-se penosamente entre as discórdias civis e somente quando já está velha é que se podem conhecer seus benefícios (TOCQUEVILLE, 2005, p. 280).

O surgimento de um Estado autoritário-despótico é um dos grandes perigos do desenvolvimento democrático, segundo Tocqueville. Ele ocorre em decorrência do individualismo, criado e alimentado pelo desenvolvimento do capitalismo. À medida que se dedicam cada vez mais aos afazeres enriquecedores, as pessoas vão abandonando o interesse pelas coisas públicas. Terminam por possibilitar o estabelecimento de um Estado que, aos poucos, tomará para si todas as atividades e poderá atentar contra as liberdades fundamentais.

Jair Bolsonaro chegou com a promessa de que iria reparar todos os problemas que o Brasil enfrentava, afirmava que acabaria com a corrupção e representava a nova política - mesmo há 30 anos no cargo de deputado do Rio de Janeiro. Com a imagem do Partido dos Trabalhadores manchada, era de se esperar que Fernando Haddad, do PT, tivesse poucas chances contra Bolsonaro, cuja imagem se popularizou de forma expressiva a partir de 2017. Em pouco mais de um ano, Bolsonaro conseguiu confiança de 55,13% dos brasileiros que foram às urnas, derrotou Haddad no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, que ficou com 44,87% dos votos - o que foi surpreendente tendo em conta a situação da imagem de seu partido.

Agravamento da polarização

Nas vésperas das eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro adotou um discurso agressivo contra o Partido dos Trabalhadores e seus eleitores. Uma das falas mais marcantes e violentas do então candidato à presidência foi dita em um comício no Acre. Enquanto usava um tripé de câmera para simular uma arma, exclamou: "Vamos fuzilar a petralhada!". Na mesma época (meados de outubro de 2018), a Agência Pública, de jornalismo investigativo, registrou, em apenas dez dias, pelo menos 50 ataques feitos por bolsonaristas. A maioria das agressões ameaçou a integridade física das vítimas, como a jornalista que foi esfaqueada e ameaçada de morte, e o jovem que, vestindo

uma camiseta do ex-presidente Lula, conversava com amigos na frente de um bar quando foi atropelado de propósito.

As declarações violentas do candidato do PSL contra as minorias - mulheres, negros, índios e LGBTs, principalmente - e contra a sua oposição não só agravaram a polarização, como incitaram ódio e violência. Tocqueville (2005, p. 294) acredita que um dos riscos da democracia é a tirania da maioria, na qual a liberdade é frágil e não há igualdade. Ao dizer, "Não há nada mais fecundo em maravilhas do que a arte de ser livre; mas não há nada mais penoso que a aprendizagem da liberdade" (TOCQUEVILLE, 2005, p. 280), o autor pressupõe que, para existir uma sociedade de indivíduos livres, temos que lidar com divergências e conflitos de opiniões. Se não aceitamos diferentes pensamentos e atacamos quem tem opiniões diferentes, ferimos a liberdade do outro.

Além do contexto brasileiro, Bolsonaro teve a seu favor o surgimento de um movimento, em diversos países, em prol de políticos que discursavam contra ideias progressistas ("antiestablishment", "politicamente incorretos" ou conservadores). Os exemplos mais relevantes foram a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a escolha dos britânicos em deixar a União Europeia e o aumento das intenções de voto de candidatos da direita em vários países da Europa Ocidental. Toda esta onda representou uma ruptura em um processo com tendência progressista que crescia no mundo.

Assim como Donald Trump, Bolsonaro era (e ainda é) visto como um político fora do tradicional por não medir palavras sobre qualquer assunto, que passa a sensação de falar a verdade. Dessa forma, o presidente brasileiro construiu, com muito populismo – e sobre isso falarei mais à frente –, a imagem de "político de verdade". Por isso, frases como "Nós vamos devolver o fuzil para o produtor rural"; "cartão de visita para invasor (MST) é o rifle 762" tomavam grandes proporções em meio aos seus eleitores, pois se Bolsonaro é um "político de verdade", então é honesto e, se é honesto, tudo que for contra ele é corrupto, antipatriota e deve ser destruído.

Ainda em 2016, Jair Bolsonaro exclamou talvez o que se pode considerar uma de suas falas mais odiosas. Durante a votação na Câmara para o impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro disse: "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim". Reconhecido pela Justiça como torturador durante a Ditadura Militar, Brilhante Ustra foi comandante do DOI-CODI em São Paulo, um dos maiores centros de repressão do regime, entre 1970 e 1974. Dilma

foi uma das ativistas contra a ditadura na época e ficou de 1970 e 1972 em reclusão, quando foi torturada.

Bolsonaro sempre foi uma figura de declarações chocantes. Em 2003, o atual presidente disse à deputada Maria do Rosário, do PT-RS, durante uma discussão nos corredores da Câmara, que jamais a estupraria porque ela não merecia. Ele ainda repetiu a frase, em 2014, na tribuna da Casa. Em uma entrevista ao jornal Zero Hora, ele afirmou que ela não merecia ser estuprada por ser “muito feia” e não fazer seu “gênero”. Seus discursos antidemocráticos também são antigos.

A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo. (BOLSONARO, Jair. Discurso na tribuna da Câmara, 1999)

Para ganhar votos e se eleger, o ex-capitão não adotou nenhum discurso diferente do que já propagava há 30 anos. A sua popularidade foi como uma bola de neve: o brasileiro estava revoltado com a situação do país, um político “surgiu” sem papas na língua e prometeu consertar tudo sem “mimimi”, logo, quanto mais dava declarações polêmicas, o candidato crescia via crescer a popularidade e, conseqüentemente, as falas dele ganhavam aprovação. Em pouco tempo, tudo o que Bolsonaro manifestava se tornava quase sagrado para seus eleitores, como o bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (nada democrático para um país laico). Assim, 57,7 milhões de pessoas, pelo menos inicialmente, obtiveram o aval da maior autoridade do país para destilar violência e ódio contra aqueles que questionam o governo e possuem opiniões diferentes.

3. Populismo e democracia

Governos autoritários e a liberdade de imprensa

Para entendermos por que as ações do governo Bolsonaro são prejudiciais ao sistema democrático brasileiro, é importante analisar como governos autoritários lidam com a imprensa e a liberdade civil. Como dito mais acima, Tocqueville (2005) afirma que um Estado autoritário-despótico surge por conta do individualismo, causado pelo capitalismo e, segundo o autor, a forma de evitar o autoritarismo é pela ação política dos cidadãos.

Esta ação pode ser fomentada por ensino obrigatório livre, grandes partidos, liberdade de imprensa, descentralização administrativa e organização de associações políticas.

O principal papel da imprensa é informar, ajudar os cidadãos a entenderem os processos do governo e conscientizar as pessoas sobre as decisões tomadas. É por meio dela que o povo é representado, tem voz e transparência. Por isso, é o primeiro pilar a ser atacado pelos governos autoritários. A noção de que uma democracia forte só é possível com uma imprensa livre existe há séculos, e é defendida por pensadores políticos como o próprio Tocqueville. Independente da ideologia, da forma de governo e da sociedade, sempre será característica de um Estado autoritário-despótico oprimir a imprensa.

No período de 1930 a 1945, quando ocorreu o conjunto de mudanças chamado de Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas se preocupava com a publicidade do Governo e controlava os meios de comunicação a fim de divulgar suas ideias e ideais. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado com objetivo de legitimar a imagem de Vargas e controlar a opinião pública, por meio de propagandas governistas. Além disso, havia produção de cartilhas cívicas para os estudantes, nas quais a história do Brasil era contada de forma que a figura do presidente fosse retratada como salvador do país – muito semelhante, inclusive, ao principal governo analisado neste trabalho. Em 1942, cerca de 108 programas de rádio e quase 400 músicas foram proibidas; os motivos eram dados como conteúdos nocivos à pátria e letras de moral questionáveis. O DIP era dividido em cinco “subdepartamentos” para melhor controle dos meios de comunicação.

O Departamento chegou a dominar 60% dos artigos publicados em revistas e jornais brasileiros. O porta-voz do Estado Novo tentava moldar o Brasil como moderno e moralizado, divulgava a imagem de Getúlio Vargas como o maior salvador e responsável pelo crescimento moral, social e econômico do país. Alguns jornais tiveram uma relação de negócios com o regime de Vargas para conseguir mais aval durante o período. Ao colaborar com a ditadura e não protestar contra a censura, os veículos mantinham a qualidade, os diretores pagavam menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e evitavam conflitos com o governo.

O DIP exercia um duplo controle: um controle autoritário proibitivo, da censura propriamente dita. E tinha o controle através da corrupção. O caso da isenção para a importação do papel da imprensa. Você importava o papel da Finlândia, do Canadá, mas tudo sob o controle do DIP. E tinha o derrame de dinheiro, que era tentador. Por exemplo, o DIP criou uma série de

livros pequenos, tudo sobre o Getúlio: 'Vargas e o Teatro', 'Vargas e o Cinema' [...]. Pagavam um dinheirão [...]. Um pobre intelectual que ganhava, vamos dizer, Cr\$ 1.500,00 com a edição de um romance, eles botavam dez mil cruzeiros no bolso dele para escrever quarenta páginas sobre a coisa. (SILVEIRA, 1979)

Governos autoritários, em geral, estão diretamente ligados ao populismo. O governo de Bolsonaro caminha para um Estado autoritário, que se assemelha muito a Getúlio Vargas ao manter negócios com as mídias que lhe são convenientes. Bolsonaro não tolera quando jornalistas questionam ações do Governo, por isso reprime veículos como Rede Globo e Folha de S. Paulo. Entretanto, para aqueles que mascaram as falas e condutas duvidosas, como a Rede Record, o presidente oferece algumas vantagens indevidas.

Em julho deste ano, o vice-presidente Hamilton Mourão foi a Angola para representar o Brasil na XIII Conferência de Língua Portuguesa e pedir o retorno da Igreja Universal ao país, após líderes da sede angolana denunciarem irregularidades por parte dos brasileiros, como expatriação ilícita de capital, racismo, discriminação e abuso de autoridade. As denúncias geraram uma série de protestos que fizeram a Justiça angolana retirar a emissora de Edir Macedo do ar e impedir que pastores brasileiros da Universal atuassem no país. Apesar de saber que o assunto não é de competência governamental, Mourão afirmou que é de interesse do Brasil que os religiosos entrem em acordo. Rousseau (1999) afirma que os cidadãos devem se atentar para que políticos não ajam a favor de interesses privados. Um dos papéis fundamentais para evitar um Estado despótico é fiscalizar os agentes públicos e cobrar-lhes sempre que necessário. A Igreja Universal não é uma instituição do Governo, e o Estado, por lei, é laico; por isso, Mourão não deveria usar a influência como vice-presidente do país e verba pública para interceder por uma Igreja.

A luta contra o despotismo exige, preliminarmente, essa compreensão do político; e, se é difícil vencer os homens a se revoltar, isso se dá porque, na origem, eles não se lançaram na escravidão por capricho; porque "todos correram para seus grilhões, acreditando assegurar sua liberdade"; porque não viram que as vantagens relativas e provisórias da segurança que esse contrato lhes proporcionava os levavam irremediavelmente à alienação de sua liberdade. (CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier, 1990, p. 63)

A influência da internet e das redes sociais

O questionamento até aqui talvez seja como Jair Bolsonaro conseguiu grande apelo com a população e construiu uma figura emblemática a ponto de se tornar um líder populista, apesar de não ter um discurso carismático e suas estratégias não parecerem tão bem

claras e planejadas. Diferentemente dos governos de Lula e Getúlio Vargas, Bolsonaro teve ajuda da internet e das redes sociais para difundir a imagem e as ideias.

Como o populismo é caracterizado, principalmente, pela relação sem intermediários entre líder e povo, o ambiente on-line é o meio perfeito para a propagação do discurso de figuras populistas. Isto porque a comunicação na internet ocorre de forma horizontal e sem limites entre os emissores e receptores. As redes sociais servem à lógica populista ao permitir que as pessoas filtrem os assuntos e grupos de interesse, unindo indivíduos com as mesmas opiniões, criando bolhas que fortalecem discursos. O ambiente on-line surgiu com uma democratização, globalização e simplificação da comunicação e das informações, uma característica enriquecedora para governos com estratégias populistas.

É de conhecimento que as declarações de Jair Bolsonaro são agressivas e odiosas, portanto, sua difusão é propícia nas redes sociais, justamente por este meio ser dotado de uma linguagem emocional, direta. O comportamento dos indivíduos na internet é, na maioria das vezes, contrário ao que demonstram nas relações sociais concretas do dia a dia. Por conta da distância física, do anonimato, da facilidade de publicação e compartilhamento, as pessoas adotam discursos agressivos e violentos, sem receio de causar mal a outrem. Por isso, a internet se torna uma “arma” de divulgação potente para o atual presidente. E ao construir o Cercadinho, Bolsonaro se destaca pela forma inovadora de manter contato com os eleitores, porém, suas manifestações se fortalecem à medida que elas podem ser compartilhadas em todos os formatos (vídeo, áudio, texto) pela internet e, assim, em vez de 300 pessoas em um cercado, mais de 1 milhão vão assistir, por exemplo, ao Presidente da República divulgando a cloroquina, um remédio para tratamento de malária, como prevenção do coronavírus, mas que não tem eficácia alguma, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Diferentemente de Lula e Vargas que possuíam, mesmo que de forma imposta, apenas os meios tradicionais de comunicação (TV, jornais impressos e rádio) para se comunicar com a massa e divulgar suas imagens e ideias, Bolsonaro mantém uma comunicação horizontal com eleitores e não eleitores. Ele investe em lives (vídeos ao vivo), tweeta (ato de publicar no Twitter), produz conteúdo para o Instagram e, assim, pode ser compartilhado diretamente entre os receptores.

A internet, portanto, promove uma conexão direta entre os líderes populistas e a população, sem mediações institucionais, e de forma mais ampla. Além disso, as mídias

sociais não tratam apenas do aspecto público de uma figura, mas é possível que os indivíduos tenham acesso, conforme aquilo que é publicado, à esfera íntima das influências. Esta característica reforça a proximidade entre líder e povo, um dos principais e mais importantes atributos para o populismo.

4. O Cercadinho

Surgimento e consolidação

O populismo do governo de Jair Bolsonaro tem algumas características peculiares se compararmos com os outros presidentes vistos até aqui. Apesar de, normalmente, o populista discursar para as massas e, naturalmente, dividir a população em dois grupos, Bolsonaro não tem uma fala direcionada às massas, necessariamente. O discurso do presidente é focado em dividir o povo em duas classes, mas de apoiadores e não apoiadores. Diferentemente de Getúlio e Lula, Bolsonaro não investiu em ações sociais ou voltadas para a causa dos trabalhadores. Apesar de construir uma imagem sob a promessa de proteger e honrar as famílias, seu governo pouco fez a favor das áreas da educação, saúde e segurança.

O Cercadinho teve início em 2019, quando Bolsonaro começou a atender pessoas que iam visitá-lo, rotineiramente, nas primeiras horas do dia, em frente ao Palácio da Alvorada. Os primeiros grupos eram compostos por famílias, idosos, youtubers e turistas que, em um local cercado, esperavam o presidente chegar. Antes de adentrarem os cercados, havia um esquema de segurança: as pessoas atravessavam um pórtico no qual passavam as bolsas e mochilas pela esteira de Raios-x. Além disso, copos e garrafas d'água eram proibidos para evitar que os objetos fossem atirados contra o mandatário. Indivíduos com cartazes e outros materiais com dizeres contrários a Bolsonaro também eram impedidos de entrar. Assim, ele organizou o palanque para divulgar sua imagem e seus ideais, além de usar o espaço para dar recados e informações institucionais que, em geral, são feitas de maneira formal. Foi assim quando falou aos apoiadores que Joaquim Levy estava "com a cabeça a prêmio", o que fez o então presidente do BNDES pedir demissão. As entrevistas que o Presidente da República dava em frente ao Palácio da Alvorada não eram documentadas no site do Planalto, no qual costumam ficar as declarações oficiais. Os registros são vídeos gravados pelos próprios apoiadores e divulgados na internet.

Em pouco tempo, o local foi apelidado de Cercadinho e se tornou a maneira oficial pela qual o Presidente da República escolheu para se comunicar e passar informações governamentais para a imprensa e seus eleitores. Ali, o chefe de Estado falava o que queria e era ovacionado pelos visitantes presentes. Ele passou, então, a governar para uma bolha de bolsonaristas, tanto no Cercadinho quanto virtualmente, os únicos lugares em que suas falas e ações são aplaudidas, quase como em uma torcida organizada.

Ataques à imprensa

“Deixem o presidente governar! Quando vocês estiverem com fome, sem trabalhar, sem poder sair de casa e apanhar na rua, vocês vão dar valor a um presidente que em 40 décadas, em 40 anos, nunca houve um presidente igual a este: Jair Messias Bolsonaro.” A fala registrada no documentário *Cercados – a imprensa contra o negacionismo* (GLOBOPLAY, 2020) foi dita aos berros por uma bolsonarista para jornalistas que estavam presentes no Cercadinho, em um fatídico dia de 2020.

No segundo ano de mandato, Bolsonaro enfrentou a pandemia da Covid-19, responsável pela morte de 194.976 pessoas até o final de 2020. O documentário da Globoplay retrata a luta dos profissionais de comunicação para registrar e informar à população sobre a doença, frente ao governo negacionista, que lidava com uma crise político-econômica e tratava-os como inimigos da nação. O Cercadinho se manteve ativo durante todo o início da pandemia, mesmo com recomendações da OMS de evitar aglomerações e da necessidade de usar máscaras. Os apoiadores do presidente se amontoavam nos cercados em frente ao Palácio para ovacionar as falas dele, principalmente contra os jornalistas, que dividiam basicamente o mesmo espaço. O presidente, muitas vezes, apareceu sem máscara e sempre desrespeitou de forma violenta os profissionais da mídia ali presentes, simplesmente porque não tolerava ser questionado sobre suas ações diante da situação do país.

Durante toda a crise sanitária, a imprensa foi acusada de tentar causar medo na população, além de ser vítima de fake news, uma vez que o Governo alegava que a mídia aumentava os números de casos e mortes por Covid-19 para tentar prejudicar o Governo. Os ataques de Bolsonaro eram, principalmente, voltados à TV Globo e ao Jornal Nacional, que chamou de “TV Funerária” por, diariamente, informar as vítimas do coronavírus. Em uma tentativa de calar a imprensa, o Governo decidiu divulgar o número de mortes diárias às 22 horas, quando todas as edições de jornais do dia já tinham sido fechadas. O Jornal Nacional, por exemplo, encerrava às 21h30; nos primeiros dias, a Globo decidiu fazer plantão urgente às 22 horas, em ponto, para

notificar os dados publicados pelo Ministério da Saúde. Para dar transparência à população quanto às informações e burlar a tentativa de boicote do Governo, Estadão, Folha, G1, O Globo e Extra se uniram em um consórcio para apurar e atualizar os números da Covid-19 diariamente.

O público saberá julgar se o Governo agia certo antes ou se age certo agora. Saberá se age com motivação técnica, como alega, ou se age movido por propósitos que não pode confessar mais claramente. Os espectadores da Globo podem ter certeza de uma coisa: de que serão informados sobre os números tão logo sejam anunciados, porque o jornalismo da Globo corre sempre para atender o seu público. (TV GLOBO, 2020)

Em *Cercados*, o editor executivo do jornal O Estado de S. Paulo, David Friedlander, explica bem o fenômeno do bolsonarismo: "Tem muita gente que acredita no Bolsonaro. As pessoas param de acreditar na imprensa e não sabem muito bem por quê. 'Ah, porque o Bolsonaro falou', 'Ah, porque o Bolsonaro não acredita, se o Bolsonaro não acredita, eu também não vou acreditar'".

O problema está em um governo que dissemina desinformação em qualquer âmbito, inclusive durante uma pandemia. Informações falsas durante uma crise sanitária, como a do coronavírus, custaram vidas, exatamente a consequência dos atos e falas de Jair Bolsonaro. Como disse, perfeitamente, o diretor de redação da Folha de S. Paulo, Sérgio Dávila, em *Cercados*: "Você pode ter sua própria opinião, mas não pode ter seus próprios fatos".

Em abril deste ano, o ranking mundial da Liberdade de Imprensa, da organização Repórteres Sem Fronteira (RSF), divulgou que o Brasil caiu quatro posições. A entidade separa a situação da liberdade de imprensa em cinco níveis: branca (muito boa), amarela (boa), laranja (problemática), vermelha (difícil) e preta (muito grave). Na 111ª posição, o país ficou na zona vermelha. A RSF considerou o Brasil um ambiente tóxico para os profissionais de comunicação trabalhar desde a eleição de Bolsonaro. "Insultos, estigmatização e orquestração de humilhações públicas de jornalistas se tornaram a marca registrada do presidente, sua família e seu entourage" (RSF, 2021).

Como mostrou o documentário da Globoplay, em 2020, profissionais da saúde foram agredidos verbalmente e fisicamente por apoiadores do presidente enquanto realizavam um protesto pacífico, em Brasília, contra o descaso com a pandemia. "Quer ir pra Cuba? Pra Venezuela? Nós te damos o passaporte", gritou uma bolsonarista aos enfermeiros. O fotógrafo Dida Sampaio, do Estado de S. Paulo, também foi uma das inúmeras vítimas

da barbárie do bolsonarismo. Ele foi agredido com chutes e murros enquanto registrava as manifestações pró-presidente. Estas agressões não surgiram sem base, o próprio presidente é o principal incentivador deste tipo de comportamento, desde os primeiros dias de governo, quando deixou jornalistas sem água e lugar para se sentarem, na coletiva de sua posse. Certa vez, em frente ao Cercadinho, quando um jornalista questionou sobre o presidente pretender interferir na Polícia Federal para proteger interesses de sua família, fato afirmado por Sérgio Moro e confirmado em vídeo vazado pelo ex-ministro, Bolsonaro disse para o profissional “calar a boca”, em um claro ato de desrespeito, que foi aplaudido e reproduzido por apoiadores no local.

Um chefe do Executivo agredir fisicamente profissionais da mídia seria o auge do descontrole e da barbárie de um governo, por isso, as falas odiosas de Jair Bolsonaro são levadas à prática por seus eleitores. Em uma análise sobre o discurso, Michel Foucault (2013, p. 10) afirma que ele traduz o que desejamos e se trata daquilo pelo que queremos nos apoderar. Portanto, as falas violentas de Bolsonaro contra jornalistas apenas transparecem o que de fato ele desejaria fazer: reprimir com violência a imprensa, como fazia a Ditadura Militar de 64.

Foucault (2013) afirma que o discurso não é produzido de maneira aleatória, na verdade, ele é atrelado aos interesses das instâncias e das relações de poder de quem o produz. Por ser um acontecimento, o discurso se materializa nas práticas sociais e gera um efeito nas pessoas. Por isso, relações de poder e discurso têm influência na formação do sujeito. Se a relação de poder é baseada em um discurso odioso, a reprodução desses indivíduos não será diferente.

Ameaça democrática

Como visto anteriormente, Tocqueville (2005) cita cinco pilares para evitar um Estado despótico e preservar a democracia. Em 1835, quando publicou *A Democracia na América*, a noção de que, em um bom governo democrático, a imprensa é livre já existia. Quando o processo democrático não é respeitado por quem está no poder, temos, além de outros comportamentos, episódios que ferem a liberdade de imprensa. Junto a intimidações verbais e físicas, governos semiautoritários ou autoritários costumam colocar obstáculos no trabalho dos órgãos de comunicação, para tentar inviabilizá-los de todas as formas, até economicamente.

Desde o primeiro ano de mandato, Bolsonaro flerta com a possibilidade de não renovar a concessão da Rede Globo. Recentemente, o mandatário voltou a ameaçar a licença da

emissora ao afirmar que “tem que estar arrumadinho (os pré-requisitos para a concessão)”. A Constituição Federal protege o livre exercício da imprensa para evitar que pressões políticas como esta possam afetar o conteúdo transmitido. A decisão pela não-renovação ou aprovação tem que ser autorizada por 2/5 do Congresso em votação nominal e, ainda assim, a emissora pode contestar a sentença na Justiça. O Poder Executivo não pode tomar a decisão final justamente para evitar controle e intimidação contra o veículo de comunicação.

O termo “opinião pública” é muito usado por chefes de Estados autoritários para se referir às informações repassadas pela imprensa que não lhes agradam. Originalmente, a expressão remete à participação popular, seja na criação, no controle, na execução ou nas ideias de qualquer diretriz da sociedade. Diferentemente do significado inicial, governos autoritários usam o termo para colocar a imprensa como representante de uma elite da sociedade, e não dos cidadãos de maneira geral. Os adeptos a esse tipo de governo, portanto, passam a não confiar nos veículos de comunicação e os descredibilizam, principalmente quando o assunto em vigor é o chefe de Estado ou o próprio Governo. Em um dos dias típicos no Cercadinho, reproduzido no documentário da Globoplay, Bolsonaro foi até aos microfones dos veículos instalados na grade e declarou: “No dia que vocês tiverem compromisso com a verdade eu falo com vocês, ‘tá’ ok?”. A fala foi ovacionada pelos apoiadores no local, que começaram a disparar ofensas contra os profissionais de comunicação, e chamaram os veículos de “mídia comprada”, “lixo”, “sem vergonha”, e outros xingamentos.

Ainda em maio de 2020, após inúmeros casos de agressões verbais e físicas, os veículos de comunicação decidiram, por questão de segurança, parar de enviar os profissionais para entrevistar o presidente no Cercadinho. Mesmo que exista, em tese, um Gabinete de Segurança Institucional para garantir a proteção dos jornalistas, a situação tomou proporções cada vez mais hostis, sem intervenção alguma do GSI ou, até mesmo, do presidente. Em uma entrevista para a atual Rede Brasil de Televisão, o professor Laurindo Lalo Leal Filho, da Universidade de São Paulo, definiu de forma perfeita a criação do Cercadinho de Brasília:

Esse palco que foi montado lá (no Alvorada) tem um objetivo. Ele é feito intencionalmente pelo presidente para ter visibilidade ao apoio popular que acredita ter. Diante da clara incompetência para o cargo, Bolsonaro busca apoio nesses grupos organizados. Faz parte de uma política de comunicação deste governo, e os meios de comunicação se tornaram cúmplices”, avalia, ao lembrar que, até então, existia uma relação litigiosa entre mídia e poder

público, mas “sempre no nível das ideias e declarações. (LEAL FILHO, 2020)

Após os órgãos de comunicação retirarem os jornalistas do hostil Cercadinho, o ministro Augusto Heleno, que atualmente é chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, explicou que haveria novas medidas de proteção, porém, apenas em caso de agressões físicas. Para agressões verbais, o general disse que os profissionais da mídia deveriam “fingir que não ouviram”. O Estado, por leis previstas na Constituição de 1988, deve prover um ambiente seguro e digno para que a imprensa possa exercer o trabalho livremente. O art. 220 diz que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta constituição” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

No Brasil, bem como nos Estados Unidos, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o maior garantidor da Constituição, e sempre será o último a agir em torno de conflitos dentro do nosso pacto social (ROUSSEAU, 1999). Por isso, o desenho institucional não existe em regimes autoritários, apenas em democracias. O exercício do STF é constitucionalizado, isto significa que a instituição é protegida contra tentativas de interferência. Além dos juízes serem inamovíveis, para alterar as leis que regulam o STF é necessário haver uma emenda constitucional, que ainda é passível de veto pelo próprio Judiciário. Por ser o regulador da constitucionalidade e garantir decisões com base nas leis, e não em interesses privados, o STF não está suscetível a influências externas, seja de figuras políticas ou da própria população.

O Judiciário é outra instância da democracia que Bolsonaro e seus apoiadores atacam frequentemente. Ainda como deputado, o político já flertava com a Ditadura Militar e possível volta do regime. Em uma entrevista ao Jornal da Band, da TV Bandeirantes, em 2018, ele declarou que “31 de março de 1964, devemos, sim, comemorar esta data. Afinal de contas, foi um novo 7 de setembro [...] O Brasil merece os valores dos militares de 1964 a 1985”. Incentivados por diversas falas do presidente, tanto no Cercadinho quanto nas lives que ele realiza em suas redes sociais, bolsonaristas convocaram dezenas de atos antidemocráticos pedindo, além da intervenção militar, o fim do STF e do Congresso. Inclusive, algumas dessas manifestações tiveram o apoio direto e a presença do mandatário do país. Nestes protestos, os eleitores de Bolsonaro alegam que o Supremo está inserindo uma espécie de ditadura, por isso, dizem estar “defendendo a liberdade” e, contraditoriamente, que ‘autorizam’ o presidente a usar meios autoritários para governar.

Atentar contra um dos poderes, incitando o seu fechamento, incitando a morte, incitando a prisão de seus membros não são manifestações protegidas pela liberdade de expressão na Constituição da República Federativa do Brasil, constituída pela Assembleia Nacional Constituinte em 1988. (FACHIN, Edson. In: Votação para arquivamento de inquérito das fake news. Supremo Tribunal Federal, 2020)

5. Considerações finais

Este estudo teve o objetivo de analisar a forma populista de aproximação entre Jair Bolsonaro e seus apoiadores: o Cercadinho, sua influência para a sociedade e o processo democrático. O encontro diário à porta do Palácio da Alvorada não era ocasional e nem apenas com a intenção de conversar com eleitores. A estratégia era de promover a própria imagem do presidente, além de consolidar o governo dele como aquele que travaria uma batalha com a imprensa.

Durante toda a existência do Cercadinho, Bolsonaro viola a Constituição ao dirigir ataques e incitar violência moral e física contra os profissionais da comunicação. A democracia e a própria população são as maiores perdedoras neste circo presidencial. O atual Governo permanece deixando claro que não tem respeito pelos processos democráticos previstos na Constituição.

Um Estado fomenta a maturidade democrática quando garante que todos terão o mesmo grau de inclusão no sistema (considerando quem participa e de que forma participa) e grau de contestação. A população de um país que não tem todos os direitos civis assegurados ou não exercidos não tem um alto grau de inclusão. São direitos civis: ir e vir, liberdade, propriedade, igualdade perante a lei (acesso à justiça). O Brasil, atualmente, tem um médio grau de maturidade democrática porque, se por um lado, os direitos sociais são minimamente garantidos, por outro, os direitos civis são violados.

As recorrentes investidas do Governo contra a liberdade de imprensa influenciam diretamente na liberdade do povo. Ademais, sua administração centralizada em poucos e para interesses privados fere diversos direitos dos cidadãos e, conseqüentemente, os remove de uma participação política ativa que, segundo Rousseau (1999, p. 28), é fundamental para destruir sistemas despóticos. A população brasileira se vê refém ao aprovar ou desaprovar o atual governo, todos os dias, com base no que o Presidente da República discursa e nos pequenos feitos socioeconômicos.

A cada ato de ataques e ameaças contra os ministros do Supremo Tribunal Federal e a existência do Judiciário, e contra os jornalistas e o exercício pleno da imprensa, o Governo se consolida como um agente antidemocrático. Bolsonaro ainda não utiliza meios diretamente autoritários para difundir seus ideais, mas conta com o apoio de seus eleitores, e até de grupos organizados, como o 300 do Brasil, para efetivar suas ações opressoras.

O Cercadinho era um antro de desinformação, onde o presidente se promovia à vontade para uma claqué já estabelecida. Diferentemente de uma coletiva de imprensa, ali Bolsonaro ditava as regras: respondia o que, quando e a quem queria; omitia e mentia sobre informações e agredia verbalmente profissionais da mídia. Tudo sob os aplausos de seus “fãs”. A imprensa teve menos espaço para exercer o trabalho de forma digna e independente. A maneira estabelecida por Bolsonaro de se comunicar com os jornais servia apenas como uma forma de calar a mídia.

A imprensa representa a voz da população diante dos processos políticos, tentar silenciá-la é retirar o direito do povo de se informar, contestar e agir. O governo de Jair Bolsonaro, então, fere todos os pilares básicos para uma democracia forte ao oprimir a imprensa, atentar contra o STF – guardião da Constituição – e, conseqüentemente, agir contra a vontade da maioria.

No decorrer da construção desta pesquisa, jornalistas sofreram diversas violências por parte do presidente e de seus eleitores. Um dos episódios recentes aconteceu durante a cobertura da passagem de Bolsonaro pela Itália para participar do G20, em outubro de 2021, quando os profissionais da comunicação foram agredidos fisicamente por policiais e seguranças do mandatário. Este artigo, portanto, encerra com a fala do apresentador Tadeu Schmidt, após a exibição da reportagem sobre a brutalidade sofrida pelos comunicadores, na edição do dia 31 de outubro de 2021, do programa Fantástico, da Rede Globo:

A retórica beligerante do presidente Jair Bolsonaro contra jornalistas está na raiz deste tipo de ataque. Esta retórica não impedirá o trabalho legítimo da imprensa. Perguntas continuarão a ser feitas, os atos do presidente continuarão a ser acompanhados e registrados. É o dever do jornalismo profissional. Mas esta retórica pode ter consequências ainda mais graves, e o responsável será o presidente. (SCHMIDT, 2021)

6. Referências bibliográficas

BEDINELLI, Talita; MARTÍN, María. *Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências*. El País Brasil, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html. Acesso em: 11 set. 2021.

BEM-VINDOS *ao clube, Globo e Folha! O jornalismo não cabe em cercadinhos*. Congresso em Foco. Brasília, 26 de maio de 2020. Disponível em

<https://congressoemfoco.uol.com.br/cf-premio-e-analise/congresso-em-foco/bem-vindos-ao-clube-globo-e-folha-o-jornalismo-nao-cabe-em-cercadinhos/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível

em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_85_.a sp. Acesso em: 13 set. 2021.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Ideias Políticas*. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b23ds/pdf/debert-9788599662724.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault*. [Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio] 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

KOKAY, Érika. *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*. DW Brasil, 2018. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-em-25-frases-pol%C3%AAmicas/a-46065201>.

Acesso em: 3 out. 2021.

MACIEL, Alice; LAVOR, Thays; ROZA, Gabriele; RIBEIRO, Alexsandro; JR., José Lázaro; ZANATTA, Carolina. *Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país*. Agência Pública, 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 22 set. 2021.

MILL, John Stuart. *On Liberty*. Canadá: Batoche Books, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *Democracia, "populismo" ou política de massas: A "República de 46" (Aula 6, parte 5)*. Youtube, 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=OKQOHh37zms>. Acesso em: 03 nov. 2021.

OLIVEIRA, Germano. *Lula e Bolsonaro são crias da mesma mãe: o populismo*. IstoÉ, Brasil, 04 jul. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/lula-e-bolsonaro-sao-crias-da-mesma-mae-o-populismo/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Marco Cabral. *Departamento de Imprensa e Propaganda – A censura no Estado Novo*. UOL, c2021. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/departamento-de-imprensa-e-propaganda-a-censura-no-estado-novo.htm>. Acesso em 08 nov. 2021.

SILVEIRA, Joel. *O Estado Novo e o Getulismo*. Entrevista concedida a Gilberto Negreiros. In: Folha de São Paulo, janeiro 1979. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Brasil: Paz & Terra, 2008.